

REVISTA DE GVIMARÃES

publicação da sociedade martins sarmento

Volumes 126/127

GUIMARÃES
2018

O Cadete Raul Brandão

António José Pereira da Costa¹

Resumo

Texto sobre o tempo que Raul Brandão passou na Escola do Exército e Escola Prática de Infantaria. Contem uma análise da legislação que regulava a EE, do ambiente académico, da vivência em Lisboa e análise de “O Arraial”.

Palavras-chave: Arraial, Escola do Exército, Primeiro-sargento-cadete, Mafra.

“A melhor gente que conheci foi na tropa”

Introdução

Não tendo encontrado, junto dos seus biógrafos, informação substancial sobre os tempos da formação militar inicial de Raúl Brandão, na Escola do Exército e na Escola Prática de Infantaria, estamos praticamente cingidos a uma ou outra referência de alguém que o conheceu bem, às “recordações” que exarou nas suas *Memórias* e a raras centelhas de informação que pudermos recolher no resto da sua obra. Neste último campo, embora esteja a pronunciar-se sobre factos passados cerca de cem anos antes, constituem excepção *El-Rei Junot*, (1912) e *A Conspiração de 1817* ou *Vida e Morte de Gomes Freire* (1914) nos quais a sua formação e prática militares podem considerar-se fundamentais para a descrição — com elevado rigor e detalhe — dos factos em apreço. Os

¹ Coronel de Artilharia, reformado (toze.pereiradacosta@gmail.com).

seus dotes de escritor transformaram estas duas obras em quadros históricos a visitar e apreciar sempre que se estudem estes dois momentos de grande dramatismo da História de Portugal. No prefácio de *O Cerco do Porto* do Coronel Hugh Owen², podemos também tentar ler nas entrelinhas, uma vez que já não é tão patente a apreciação do militar profissional à obra prefaciada. Este texto revelar-se-ia polémico, como se pode ver nas edições de 28 de Dezembro de 1915 e de 2 de Janeiro de 1916 de “A Capital”, mas por considerações de ordem política que contém. Os jornalistas Adelino Mendes e Francisco Mayer Garção comentam, cada um de seu ponto de vista o prefácio. Todavia são unânimes na qualidade do texto produzido.

O período da Escola do Exército parece ser algo que os biógrafos negligenciaram, tendo-o como um tempo em que “nada digno de nota aconteceu” e que, portanto, não merece uma análise detalhada. Porém, a frequência de uma preparação para a vida militar, como profissional, é um momento extraordinariamente marcante e absolutamente irreversível na vida de qualquer homem e que corresponde a uma inflexão muito brusca na sua linha de vida, através da aprendizagem e assimilação de novas regras, hábitos e valores, muitos dos quais não se observam na vida civil. Já na vida diária nas unidades — nos “Corpos”, como se dizia no tempo de Raul Brandão — o militar profissional realiza uma abordagem aos seus concidadãos, enquadrada por relações hierárquicas bem definidas e inflexíveis. Contacta então com amplas massas de homens oriundos de vários locais do país, das mais variadas condições sociais, cada um com as suas características psíquicas e reagindo, cada um a seu modo, à nova situação em que se viram mergulhados, pelo serviço militar obrigatório.

E Raúl Brandão era um analista de homens. Estudava-os — especialmente os plebeus, os pobres, mesmo os miseráveis — dissecava o seu íntimo e, com a informação que assim obtinha, construía

² Neste prefácio respigamos a frase: *nos velhos soldados a parte que endurece com a vida de acampamento e disciplina, conserva a outra intacta*, que retrata, em nosso entender, os resultados das observações feitas, em directo, sobre as personalidades dos velhos soldados das guerras e instabilidade política de antes da Regeneração.

personagens. O Exército que, no tempo em que o recrutamento acusava inúmeros defeitos³ e as condições de vida nas unidades, especialmente para os soldados, eram bastante más⁴ foi, certamente, uma fonte de matéria-prima para a construção dos personagens que expôs nos seus livros. O escritor retrata mesmo a modificação que se processa no comportamento dos incautos mergulhados em ambientes pútridos e que, *ao fim de certo tempo*, são tomados *pela esperteza, pela gíria e a pela manha*, tal como virá a suceder a alguns dos seus personagens, como, por exemplo, no *Gebo e a Sombra*.

Não podemos, por isso, deixar de analisar aquele período que, certamente, marcou a personalidade e a vida do escritor, de modo indelével, mesmo depois de se ir afastando progressiva, mas definitivamente, da instituição militar.

Vamos, portanto, concentrar-nos num período de três anos que decorre sensivelmente entre inícios de 1891 (24 anos) e finais de Agosto de 1894 (27 anos), fundamentando boa parte da nossa pesquisa na documentação de que a Academia Militar dispõe e que ajuda a determinar todo o ambiente escolar do tempo e detectar rastos da sua passagem pela então Escola do Exército. Complementarmente realizámos visitas à Academia Militar, em Lisboa, procurando determinar como seria a Escola do Exército

³ *Para a tropa só iam, com excepção de um ano em que o serviço foi pessoal e obrigatório, os desgraçados que não podiam pagar e os que não tinham quem pedisse por eles* (Brandão, 2000).

⁴ *O inferno deve ser uma retrete de soldado, em ponto grande...* (Brandão, 2000). No tempo de Raúl Brandão ainda se usava o horrível “*caneco de polícia*”, (já severamente reprovado pelo Cirurgião de Brigada António Manuel da Cunha Belém, o médico militar que inspeccionou as condições da salubridade dos quartéis da guarnição de Lisboa, em 1889), uma espécie de tina para onde, especialmente nas casas-da-guarda, eram lançados todos detritos e que, antes da rendição da guarda, os soldados despejavam. Virá daí dizer-se, na linguagem militar “ir para o caneco” como sinónimo de morrer ou “mandar para o caneco”, deitar fora ou insultar ou, depreciativamente dizer que (ele) é um “aldrabão do caneco” ou ainda “pintar o caneco” o que seria uma tarefa insalubre e humilhante acompanhada de blasfémias e impropérios de revolta de quem a tivesse de a desempenhar. E voltando a referir-se ao tema, o escritor afirma: *levo para a cova a imagem daquelas retretes, como uma das coisas mais infames que conheci*.

no tempo de Raul Brandão, através das instalações e edifícios mais antigos, alguns com uso diferente do que tinham naquele tempo.

A Escola do Exército no tempo de Raúl Brandão

Nos documentos da Escola, Raúl Brandão está dado como oriundo de estudos secundários no liceu do Porto (*habilitações preparatórias secundárias*)⁵. Naquele tempo e para os candidatos aos cursos de Infantaria e Cavalaria, as habilitações necessárias eram a *aprovação nos liceus de 1.ª classe* em: gramática e língua portuguesa, gramática e língua francesa, desenho linear, geografia, história e cronologia, matemática elementar, princípios de física e química e introdução à história natural. O *Lyceu Central do Porto* emite, em 24 de Agosto e 17 de Outubro de 1890, dois diplomas, certificando que Raúl Brandão, na altura soldado do Regimento de Infantaria n.º 18, aquartelado no Porto, está devidamente habilitado com notas que rondam os treze valores, portanto uma classificação de *suficiente*.

Obviamente que para concorrer era necessário ser-se português, mesmo que fosse por naturalização e, para os referidos cursos, que se tivesse mais de 21 e menos de 25 anos, exigindo-se também um mínimo de um ano de serviço efectivo “nas fileiras”. O bom comportamento, *devidamente comprovado*, era fundamental, como seria de esperar. No processo como aluno da Escola do Exército, apenas encontramos uma guia de marcha com a qual ali se apresentou em 29 de Outubro de 1891. No seu requerimento para acesso à frequência do curso de Infantaria (datado de 30 de Outubro de 1891) podemos ver que ficou instalado no Hotel Pelicano⁶,

⁵ Ver “*Alunos da Acad. de Fortificação, Escola do Exército, Escola de Guerra, Escola Militar (1790-1940)*” relação ordenada pelo primeiro nome dos alunos.

⁶ Este hotel terá funcionado no edifício que foi o Teatro de D. Fernando (1849/59). Encerrado este, abriu no mesmo local o Hotel Pelicano ao qual sucedeu uma fábrica de tabacos. Em 1922 a Companhia de Papel do Prado, comprou o prédio e ali fixou a sua sede. Hoje (2017) funcionam nele os armazéns Pollux. In <http://apsruasdelisboacomhstria.blogspot.pt/search?q=hotel+pelicano>.



Fig. 1 – O edifício onde funcionou o Hotel Pelicano, quando ali estava sediada a Companhia de Papel do Prado, depois de 1922.

na Rua dos Fanqueiros. Nesse ano, segundo o jornal “Correio da Noite”, o príncipe D. Afonso presidiu à abertura solene do ano lectivo, em 23 de Novembro.

No requerimento em que solicita autorização para a frequência do segundo ano (com data de 5 de Outubro de 1892) dá a mesma morada de contacto, o que significa que a aprovação num exame final não implicava a matrícula automática no ano seguinte.

Em consequência dos ensinamentos colhidos nas últimas guerras, os principais exércitos europeus, estavam empenhados num surto de desenvolvimento de toda a ciência da guerra, quer ao nível das teorias — estratégia, tática, organização, logística, etc. — quer ao nível do estudo, concepção e produção de novas armas e respectiva aplicação prática. Talvez porque Portugal não

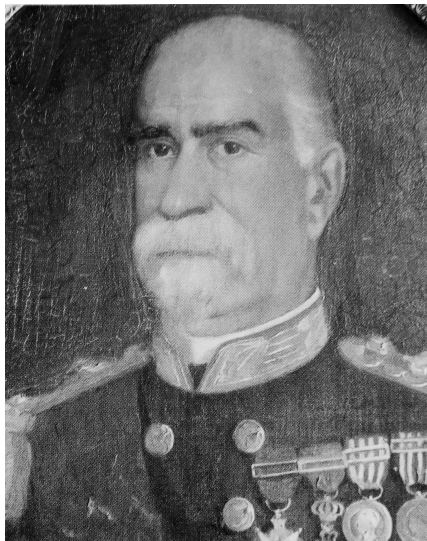


Fig. 2 – Fotografia do General José Frederico Pereira da Costa, na Galeria de ex-Comandantes da Academia Militar.

tivesse participado em nenhum acontecimento bélico internacional recente, o ensino superior militar estava muito necessitado de uma grande actualização.

No ano do ingresso de Raúl Brandão, a Escola do Exército era dirigida⁷ pelo general José Frederico Pereira da Costa (1819-1910), um distinto oficial da Arma de Artilharia.

No processo do escritor encontramos três requerimentos despachados por este oficial, assinando *Costa, General*. Os primeiros referem-se à autorização para a matrícula nos dois anos de curso e no último (de 3 de Agosto de 1892) solicita a admissão a exame. Virá a pedir o *encerramento* da matrícula em 24 de Julho de 1893 e recebe a Carta de Curso em 15 de Novembro do mesmo ano. Era então primeiro-sargento-cadete e pertencia ao Regimento de Infantaria n.º 8. A reorganização da Escola do Exército, decretada em 1890, fora suspensa — *por demasiado dispendiosa* — estando,

⁷ Na galeria de Comandantes da Escola do Exército, o General José Frederico Pereira da Costa, está indicado como tendo exercido funções entre 1884 e 1893. Salienta-se que, no relatório do capitão Oliveira Simões, a que adiante nos referiremos, a Escola do Exército tem um “o director” e não um comandante.

por isso, em vigor o decreto de 30 de Setembro de 1891, “explicitado” em 28 de Outubro, para vigorar no ano lectivo de 1891-92. Vivia-se, por consequência, um tempo de mudança e a situação só virá consolidar-se sob a direcção do general Luís de Sousa Folque (1818-1916), também oriundo da Arma de Artilharia, e que tomará posse em 1893, presume-se que já depois de Raúl Brandão ter iniciado o estágio na Escola Prática de Infantaria.

Eram então leccionadas 15 cadeiras (contra as 19 previstas em 1890), sendo apenas duas bienais, mas, *em virtude da vastidão das matérias de algumas, passou parte delas a ser professada em cursos auxiliares*. Estes seriam *eminentemente práticos* e ministrados pelos *lentes de segunda classe*, designação que fora atribuída aos “repetidores”, em 1890. Todavia, por falta destes lentes, a implantação da reorganização não foi completa e a Escola apresentava deficiências de funcionamento.

O relatório apresentado pelo capitão de artilharia e engenheiro civil J. M. d’Oliveira Simões na Secção Portuguesa do Congresso Pedagógico Hispano-Português Americano, em Madrid (1892)⁸, poderá ser considerado como uma boa descrição da Escola do Exército no tempo em que Raúl Brandão a frequentava. Contudo, as suas divergências relativamente às descrições do funcionamento da Escola e do ambiente em que os alunos viviam, feitas pelo ex-aluno n.º 185⁹, no seu volume II de *Memórias*, são marcantes pelo que será mais prudente considerar a brochura *A Escola do Exército — Breve Notícia da sua História e da sua Situação Actual* como aquilo que o Exército Português gostaria que a Escola fosse e que no país vizinho se pensasse que era. Aliás, o

⁸ Ver o relatório sobre o funcionamento e estrutura da Escola do Exército apresentado na Secção Portuguesa do Congresso Pedagógico Hispano-Português Americano, em Madrid, pelo cap. Art.º e Eng.º civil J. M. d’Oliveira Simões (pp. 43-45).

⁹ Este é, efectivamente, o último número “de corpo” que é atribuído a Raúl Brandão e o que está na lista de alunos que frequentaram a Escola do Exército e as escolas anteriores e posteriores. Todavia, pela análise documental do seu processo, como aluno, terá tido antes os números 304 (1891) e 98 (1892), o que não surpreende dada a grande atrição que se verificava na marcha académica dos alunos da Escola.

texto do capitão Oliveira Simões¹⁰ segue, de muito perto, o disposto nos dois diplomas legais, publicados na Ordem do Exército, em 1891¹¹, o que, de algum modo, confirma esta ideia.

Segundo o capitão Oliveira Simões, no momento em que Raúl Brandão inicia o curso, as cadeiras dos cursos de Infantaria e Cavalaria eram:

- 1.^a Cadeira (anual)
 - 1.^a Parte: Legislação e administração militar.
 - 2.^a Parte: Princípios de direito internacional.
- 2.^a Cadeira (anual)
 - 1.^a Parte: Balística elementar e suas *aplicações* ao tiro das armas portáteis.
 - 2.^a Parte: Noções sobre material de *artilheria*, de *engenharia* e de equipagens militares.
- 3.^a Cadeira (anual)
 - 1.^a Parte: Curso geral de táctica.
 - 2.^a Parte: Reconhecimentos militares.
 - 3.^a Parte: Princípios de estratégia.
 - 4.^a Parte: História militar.
- 4.^a Cadeira (anual e com *desenvolvimento inferior ao curso de Artilharia*)
 - 1.^a Parte: Fortificação de campanha e improvisada.
 - 2.^a Parte: Noções de fortificação permanente e do seu ataque e *defensa*.
- 9.^a Cadeira (Anual e com *desenvolvimento inferior ao curso de Engenharia*)
 - 1.^a Parte: *Topographia*.
 - 2.^a Parte: Aplicações da *photographia* aos usos da guerra.

¹⁰ José Maria de Oliveira Simões (Leiria, 11 de Maio de 1857 - Lisboa, 18 de Maio de 1944). Oficial com actuação multifacetada, a nível civil e militar. À data da produção do relatório estava colocado na Escola do Exército, como “*repetidor de ciências militares e instrução prática de topografia, de fotografia, de desenho e de química aplicada*”.

¹¹ Decreto de 30 de Setembro de 1891 (O. E. n.º 29 de 10 de Outubro de 1891) e Decreto de 28 de Outubro de 1891 (Ordem do Exército n.º 31 de 31 de Outubro de 1891).

Estavam ainda previstas *conferências* sobre hipologia (a cargo do mestre de equitação) e higiene militar (ministradas pelo cirurgião-mor ou pelo cirurgião em exercício de funções na Escola) e, ao contrário do que ia sucedendo em todas as *escolas militares estrangeiras*, o estudo da língua inglesa fora recentemente abandonado¹², *sem razão clara*.

A reforma de 1891 suprimia também os “exames de habilitação” com que os cursos terminavam, até aí. Tratava-se, na opinião do capitão Oliveira Simões, de exames feitos com *júri “mixto”, composto por oficiais de todas as armas e de engenheiros civis alheios ao serviço da Escola (...)* na intenção manifesta de *fazer no ensino do estabelecimento pessoal alheio*.

Para complicar ainda mais a situação, em Outubro de 1892, foi decretada uma nova organização, ditada exclusivamente por critérios economicistas, embora o número de cadeiras tenha subido para 17, das quais três bienais, ministradas por 26 lentes, nove dos quais de 2.^a Classe, que passaram a designar-se por lentes-adjuntos. Foram alteradas as habilitações necessárias à frequência dos cursos de Infantaria e Cavalaria que passaram a ter um maior pendor na área das ciências exactas¹³. Esta organização esteve em vigor até 1894, ano em que foi iniciado um processo legislativo, concluído em 1897 e que vigorou até 1910.

Cabe aqui tentar descrever a polémica que se gerou, em 1892, entre alunos e professores acerca da reestruturação da Escola¹⁴ e que se materializou numa troca de pontos de vista em que Raúl Brandão a atacava n’*O Imparcial* e o capitão Dias Costa, professor da Escola e oficial de Engenharia, a defendia no *Correio da Noite*. Veja-se o duelo desigual entre o aluno de 25 anos e o professor de *Planos Cotados*¹⁵. Contudo, este duelo é aceite o que dá um

¹² O estudo da língua inglesa e da higiene militar fora obrigatório desde a reforma de 1873.

¹³ Não sabemos em que medida o escritor terá sido atingido por esta alteração que previa conhecimentos de álgebra superior, geometria analítica, trigonometria esférica e geometria descritiva.

¹⁴ De acordo com a documentação consultada a polémica teve que ver com a selecção dos lentes de 2.^a classe, os antigos “repetidores”.

¹⁵ Ver Brandão, 1999: 178, onde o escritor afirma que na *Escola do Exército ensinavam (...)* coisas que lhe deram mais trabalho a esquecer que a aprender

crédito de valentia a Raúl Brandão, na defesa daquilo que tinha como a melhor solução.

Sobre este período da vida do escritor julgamos poder colher informação fidedigna no livro de memórias de Maria Angelina Brandão, *Um Coração e uma Vontade — Memórias* (1959), quando revela que a sua amiga “Anita” lhe mostrou uma carta do noivo, Duarte do Amaral Pinto de Freitas (Guimarães, 7 de Maio de 1874 - 29 de Janeiro de 1964), camarada de curso de Raul Brandão, que lhe dava conta de que o mesmo pedira transferência para o Regimento de Infantaria n.º 20¹⁶. Poderemos perguntar porque terá sido inserido num livro de memórias, publicado bastantes anos após a morte do escritor, um trecho de uma carta, relativamente longo e onde são dados tantos detalhes sobre diversos aspectos do comportamento do jovem alferes. Claro que é um amigo e admirador que escreve a carta, mas não cremos que fosse faltar à verdade perante a noiva e correr o risco de dar à amiga desta uma imagem distorcida de um camarada.

Através desta transcrição¹⁷ sabemos que, quer o professor, quer o aluno escreviam sem assinar os respectivos artigos e, devido ao rumo da refrega, o capitão Dias Costa *rompeu o anonimato* e Raúl Brandão teve de se confrontar com o opositor que passava por ser *um dos (...) professores mais ríspidos e autoritários*. Acompanhado de dois camaradas (Macedo Chaves e Pinto de Freitas), o aluno foi à presença do mestre assumir a autoria dos artigos de o “Imparcial” e, *com boas palavras e um cálice de Porto*, os contendores reconheceram, pelo menos, a validade dos pontos de vista de ambos, *terminando em bem esta polémica jornalística*.

A Biblioteca Nacional de Portugal não dispõe de nenhum número do “Imparcial” respeitante a 1892. Em contrapartida, no que toca ao “Correio da Noite”, foi possível apurar que o

(...). *A pior era — os planos cotados — [que] era ensinada pelo Dias Costa, excelente pessoa, mas com aspecto feroz*. Sobre este assunto veja-se também Camilo, 1922, que afirma que *o ensino de fortificação e balística elementar para os cursos de Infantaria e Cavalaria era precedido, em 1892, das indispensáveis noções de método dos planos cotados, de geometria analítica e mecânica*.

¹⁶ Será presente no Regimento de Infantaria n.º 20 em 4 de Junho de 1896.

¹⁷ Ver Brandão, 1959 e Castilho, 1978: 17 e 18.

jornal tinha informação privilegiada em relação ao meio militar. A redacção obtinha informações sobre variados acontecimentos militares: colocações, transferências individuais e de unidades, diplomas legais, emitidos ou em estudo, ou mesmo, actividades internas de certas unidades. O jornal publica até, resumos da Ordem do Exército e dos resultados dos julgamentos em tribunal militar. Nenhum dos seus textos está assinado. Encontramos apenas uma pequena secção — *Lérias e Pilhérias* — assinada por *D. Chicote* e constituída por pequenas poesias satíricas de 3 ou 4 quadras, comentando factos variadíssimos ocorridos em Portugal ou até no estrangeiro.

No futuro ano lectivo (1893/94)¹⁸ não serão pedidos alunos para os cursos de Inf.^a e Cav.^a na Escola do Exército e será mais limitada a frequência dos alunos do real Colégio Militar. Só alguém muito bem posicionado na Escola do Exército poderia obter esta informação publicada na edição de quarta-feira, 21 de Fevereiro de 1892. Esta orientação que teria consequências, a médio prazo, no efectivo de oficiais presente nas duas armas combatentes, só poderá ser aceite por motivos economicistas, mas não terá entrado em vigor.

O teor e o modo como foi redigida a notícia de segunda-feira, 14 de Março: *(Diz-se que os aspirantes com o curso das armas gerais vão solicitar que lhes seja concedido o uso de dólman igual ao dos officiaes com o distintivo actual da sua classe e bonet de pala)* confirmam que alguém do interior da Escola informava o jornal, neste caso de uma alteração ao uniforme que os sargentos-cadetes usavam e que entendiam que se impunha fazer. Ficamos com a ideia de que o redactor estaria a pressionar a Escola para que aceitasse os alvitres dos cadetes.

Mas o problema mais importante parece ser o modo como foi resolvida a questão da passagem dos “repetidores” a “lentes de 2.^a categoria”. Tudo começa com uma notícia publicada a 15 de

¹⁸ Em 1894, o ensino superior civil parece estar também em modificação com a proposta de Adolfo Coelho para a criação, no Porto em Lisboa, das *Faculdades de Ciências Sociais (Mentais e Históricas)*. Só com a República foi possível criar estas duas primeiras Faculdades de Letras. Ver prefácio de Victor de Sá de 31 de Agosto de 1986 (Brandão, 1988).

Março que reza: *Em virtude da última reforma que acabou com os repetidores verificaram-se hontem naquele estabelecimento scientifico, as provas de concurso para diferentes cadeiras. Foram 34 os concorrentes. A classificação deu o seguinte resultado*¹⁹. Talvez para os tornar irreversíveis, o articulista quer divulgar, com urgência, os resultados de um acto administrativo realizado no interior de uma escola militar e, considerando as datas de realização das provas e de publicação dos resultados no jornal (do dia imediato), algo de estranho se passaria. Daí a classificação dos candidatos aprovados, designados por um ou dois apelidos apenas, a nova situação do lente (proprietário ou substituto) e as respectivas habilitações profissionais para as funções (arma de origem e cursos do *Estado-maior ou de Guerra*). Como se vê, só um dos novos lentes pertence a uma arma combatente, embora quase todas as cadeiras fossem mais exigentes na preparação específica requerida.

O nome Bordallo Pinheiro, indicado para lente substituto da 4.^a cadeira — na qual se estudava fortificação nas suas diferentes modalidades — e referido como oficial de engenharia, causa curiosidade. Sabemos que, Raphael Bordalo Pinheiro é o ilustrador de uma brochura publicada em 23 de Novembro de 1886 por altura da primeira “Festa Militar” que surgiu na sequência de um acidente de tiro no forte de Sacavém²⁰. Nessa brochura encontramos um desenho muito rigoroso de uma *Fortificação de campanha e im-*

¹⁹ Ten. Inf.^a Raposo Botelho - 2.^a e 3.^a cadeira - substituto - de qualquer arma e do EM; Bordalo Pinheiro - 4.^a cadeira - substituto - oficiais de engenharia; Nunes Gonçalves - 5.^a e 6.^a cadeiras - substituto - oficiais de artilharia; Martins de Carvalho - 7.^a Cadeira - Proprietário - EM ou Curso de Guerra; Telles - 8.^a Cadeira - proprietário - EM ou curso de Guerra; Ribeiro - 7.^a e 8.^a cadeiras - substituto; Cap. Eng.^a Oliveira Simões - 9.^a cadeira - substituto - EM ou curso de Guerra e engenharia; Ferreira de Castro - 10.^a e 11.^a cadeiras - substituto - curso de engenharia; Augusto Ferreira - 12.^a e 13.^a cadeiras - substituto - curso de Guerra e engenharia; Pereira dos Santos - 14.^a e 15.^a cadeiras - substituto - curso de Guerra e engenharia. De acordo com a organização de 1890, o Curso (Superior) de Guerra substituíria o Curso de Estado-maior.

²⁰ Durante as salvas realizadas à passagem do combóio onde viajava a princesa D. Amélia de Orléans, por erro humano, dois soldados ficaram sem braços, o que gerou uma grande onda de solidariedade — civil e militar — materializada numa festa de beneficência. O *Correio da Noite* de 30 de Março de 1892 noticia a realização de uma Festa Militar concorridíssima, no Coliseu de Lisboa.

provisada, uma das matérias da cadeira em questão. Existe uma fotografia muito semelhante a esta fortificação artilhada, o que faz supor que o Mestre trabalhou sobre ela ou terá tido acesso à posição depois de construída. Contudo, é provável que haja apenas uma coincidência de apelidos e que o desenhador não seja o oficial contemplado com o cargo de lente de 2.^a classe da 4.^a Cadeira.

Admitimos que no *Imparcial* tenha surgido um comentário ou artigo discordante, de resposta à publicação dos resultados do concurso, de modo tão urgente e atabalhoado.

Como consequência no n.º 3761, de 24 de Março, o *Correio da Noite* publica, na primeira página, um texto a duas colunas, ao qual poderíamos chamar artigo de fundo. Em tom jocoso e trocista, recorda que havia apenas 7 vagas para 31 candidatos e continua constatando que, como seria de supor, *surgiu a fina flor da engenharia militar*, que facilmente obteve os melhores lugares. *Esperou-se que o resultado fosse recebido com comentários violentos e surgissem clamores mais ou menos apaixonados e interessados contra as resoluções do Conselho de Instrução, órgão de recente constituição e que estaria a ser testado nas suas capacidades.* O comentador já sabia que *corriam boatos de que os mais destros atiradores estavam afivelando as rígidas e brilhantes couraças e polindo as finas armas da sua dialéctica e não estranha que o adversário subtil e nervoso... tente minar as fendas do desconjuntado edifício da nova organização da Escola*²¹...

Contudo, o Ministro Guerra é que tinha definido as regras, cabendo apenas ao Conselho de Instrução a sua correcta aplicação, *mesmo sabendo que 24 tinham de ficar de fora.* O articulista procede também a uma detalhada análise do diploma legal (decreto publicado na O. E. n.º 31 de 28 de Outubro de 1891) que regulava esta matéria, procurando rebater dúvidas quanto ao procedimento do “Conselho de Instrução” que se limitara a aplicar as instruções que recebera, nomeadamente no Art.º 26º, que definia a metodologia a aplicar no concurso. Por outro lado, acha estranho que: *os*

²¹ A reestruturação da Escola do Exército estava regulada pelos decretos publicados na Ordens do Exército n.º 29 de 10 de Outubro de 1891 (Bases da Reestruturação) e n.º 31 de 28 de Outubro de 1891. O Art.º 60º previa que a legislação só se aplicava ao ano lectivo 1891/92.

candidatos sujeitam-se ao concurso sem protestos e só agora é que clamam contra a irregularidade do concurso a que se submeteram?

Além disso, considera que *transpira de tudo, o pensamento que o legislador teve em mente... por um sentimento de equidade, protegeu a classe de funcionários que serviam na escola*, mas que *não impôs ao conselho escolar a obrigação de nomear lentes todos os repetidores para lhe dar faculdade de escolha*. De acordo com a legislação em vigor, os repetidores que não tiveram êxito no concurso continuaram a exercer as funções que exerciam do antecedente.

Não há dúvidas de que quem escreve era um militar. Efectivamente, ele acaba por deixar a sua “assinatura” quando revela que *O Jornal do Comércio foi o que primeiro desceu à estacada (...)*. Esta expressão pertencia ao jargão da fortificação militar e era utilizada desde o século XVII para designar um conjunto de obstáculos de madeira que se montavam no fosso das fortificações para dificultar a marcha dos atacantes. Nessa conformidade, a descida à estacada correspondia a uma atitude de agressividade dos defensores que vinham ao fosso combater cara a cara com os inimigos e, porventura desorganizar o ataque que estivessem a preparar.

Deverá ter havido um comentário de algum jornal adversário, num artigo assinado por pseudónimo uma vez que o autor pergunta: *Mas que diria o senhor Carrilho?*

Terá havido uma trégua de alguns dias, após o que a guerra de palavras terá continuado.

Mas o capitão Dias Costa, como defensor da actuação do Conselho de Instrução da Escola do Exército, comenta na quinta-feira, 7 de Abril de 1892, que *o denodado defensor dos despeitos de meia-dúzia de candidatos... disparou os últimos tiros* (imagem recolhida na gíria militar). E continua, declarando que *deixámos correr a discussão e... esperávamos que fosse mais extensa e intensa... e de longe, como estávamos, pudemos observar os argumentos do generoso paladino*. E termina declarando que *não há cordon bleu que, por mais afamado que seja, que encontre na dispensa (sic) do seu estylo, condimentos suficientes para tornar assimilável e grato ao paladar um prato tão requentado*. No fim

do artigo julgamos detectar um desafio, por meias-palavras, ao *Senhor G. que se dê a conhecer... Noblesse oblige!* Não tendo consultado o “Imparcial” julgamos ser aqui que reside o apelo a Raul Brandão para que se dê a conhecer e assumo que defendeu uma “causa perdida”, ao contrariar a aplicação de um diploma legal. Todavia podemos sempre considerar que houve uma certa dose de protecționismo aos “repetidores” oriundos de artilharia e engenharia.

Claro que, como sempre sucede, havia professores que, por motivos pouco claros, não eram bem recebidos e bem tratados pelos alunos, sendo certo que a rispidez e a autoridade nem sempre são a receita para a obediência. Era o caso do professor a quem os alunos chamavam “O Peru”, um coronel de Engenharia, ao qual *um dia um atrevido atirou do alto do anfiteatro um punhado de milho*. De qualquer modo, teremos de estar de acordo com o primeiro-sargento-cadete Raúl Brandão, quando afirma que: *ai daquele que não souber perfeitamente o que ensina!* Uma verdade para a vida²².

No seu tempo, a Escola funcionava em semi-internato (notícia o Correio da Noite de 23 de Novembro de 1891), por isso os alunos dormiam fora. Não estava constituído o Corpo de Alunos²³ o que determinava que os alunos frequentassem a Escola não em regime de unidade militar, mas como se se tratasse de uma qualquer escola de ensino superior. Administrativamente continuavam a pertencer à unidade donde fossem oriundos e usavam os respectivos distintivos, aos quais juntavam os do curso e graduação. Daí que haja, no processo individual de Raúl Brandão, informações individuais em que o comandante declara não poder informar nada de concreto por *não conhecer o militar em causa*.

²² *O povo como o soldado precisa de sentir um chefe e adivinha-o logo* (Brandão, 1998: 247).

²³ Estava previsto, pelo menos desde 1863 e que seria comandado por um oficial superior de qualquer arma ou do Estado-maior, tendo como adjunto um capitão de infantaria ou Cavalaria. Só entrou em laboração em 1894. Sob o comando do 2.º Cmdt e Cmdt Corpo Alunos TCor EM/Art.^a Carlos Ernesto Arbués Moreira Júnior (filho). No seu livro, D. Maria Angelina corrobora este facto.



Fig. 3 – O anfiteatro da Escola, por volta de 1900. Estava montado numa estrutura de madeira, cuja constituição pode ser consultada na biblioteca da Academia Militar. Com modificações mínimas manteve este aspecto até aos anos 60/70 do século passado.



Fig. 4 – Botão utilizado nos uniformes dos alunos da Escola do Exército entre 1837 e 1910.

Pela já referida carta, sabemos que Raúl Brandão morou num quarto da *sombria Rua da Bempostinha* mas, a breve trecho,

mudou-se para a casa do camarada Duarte do Amaral, na *Tra-
vessa do Forte n.º 1* (Brandão, 1959: 14-20), nas proximidades da
Escola, o que lhes permitia acorrer facilmente às actividades esco-
lares. Além disso, Guilherme Castilho (1978: 26; Brandão, 1959:
14-20) evoca o depoimento de um “camarada²⁴ dessa época” para
nos deixar a informação de que os alunos de todas as armas toma-
vam “*repastos (...) na nossa pensão*”²⁵. Foram, posteriormente,
construídos dois edifícios mais ou menos geminados, hoje trans-
formados em aulas, (Tiro de Artilharia, Tática de Artilharia e

²⁴ Ainda segundo Guilherme de Castilho seria Duarte do Amaral (Pinto de
Freitas) que teria publicado num jornal as suas impressões sobre o convívio
com Raúl Brandão. Como vimos, Maria Angelina Brandão, em *Um Coração
e uma Vontade – Memórias*, apresenta esta informação colhida na carta da
“Anita” a que atrás nos referimos.

²⁵ Sobre a vivência de Raul Brandão, durante o período da frequência da Es-
cola do Exército, veja-se ainda a carta de Pinto de Freitas à respectiva noiva em
que descreve as circunstâncias em que o conheceu e privou com ele: *Passámos
a estudar juntos, a comer na mesma pensão, a ser companheiros de passeio.
Aos domingos, depois do almoço, percorríamos com um ou outro discípulo mais
íntimo todos os lugares ou miradouros dignos de serem visitados em Lisboa e
arredores. Estas longas caminhadas terminavam quase sempre num jantar nos
restaurantes da Baixa, em que, à qualidade das iguarias, preferíamos sempre
a abundância delas. Não obstante a nossa voracidade, e pouco dinheiro, B.
conseguia sempre que deixássemos qualquer resto decente de comida que ele,
devotadamente, juntava e guardava, para entregar com alguns afagos e boas
palavras, a uma pobre velhinha que, todas noites estacionava num recanto da
Rua da Palma, perto da Igreja do Socorro. E, já no âmbito da descrição da
personalidade do camarada, afirma: as nossas provas de frequência escolar
eram prestadas quase sempre por escrito. Numa delas, sobre justiça militar
em que se pedia enumeração e classificação de crimes, suas agravantes ate-
nuantes sanções a aplicar e outras maçadorias, poucos alunos responderam
satisfatoriamente. O mestre, ao criticar tal prova, frisou que entre os poucos
que melhor ladearam o assunto se destacava um. Esse, nada de concreto tinha
escrito sobre o que se pedia, mas fizera uma bela dissertação a que não tinha
escapado a evocação da “doce figura do Raby da Galileia”, que o tinha surpre-
endido, sobretudo pela forma literária que apresentou. Referia-se ao Sr. Raul
B. a quem ia dar uma boa nota e felicitava pelos conhecimentos gerais apresen-
tados. Em Agosto de 1893, terminámos o curso tendo B. obtido sempre boas
classificações e suprimido (sic) com grande força de vontade as deficiências da
sua manifesta falta de vocação e jeito para a vida militar. Muitas vezes me
confidenciou com certa tristeza encontrar-se deslocado na carreira que abraçara
mas que a seguira por vontade do pai e para não desgostar a mãe, senhora por
quem manifestou sempre muita ternura e saudade.*



Fig. 5 – Interior da estação cronográfica da Academia Militar, em 1900.

Armamento de Infantaria) e onde, ainda é possível detectar certos pormenores de construção e de divisão interior que remetem claramente para o uso como locais de refeição. Serão estes os refeitórios do Corpo de Alunos que Raul Brandão já não utilizou.

Retornando ao relatório sobre o funcionamento da Escola, observamos que *numa escola com a índole que tem a escola do exército, em que se preparam os officiaes para as differentes carreiras é evidente que o ensino de aplicação sobreleva em importância ao mesmo ensino teórico*²⁶. Nele descreve-se também a estrutura funcional da Escola e os procedimentos e dependências necessários à actividade de aprendizagem²⁷. Desse conjunto chegou aos nossos dias a *Estação Chronographica* (onde era *geralmente empregue o chronógrapho de Leboulangé*) e que era também *um museu de*

²⁶ Ver o relatório sobre o funcionamento e estrutura da Escola do Exército apresentado na Secção Portuguesa do Congresso Pedagógico Hispano-Português Americano, em Madrid pelo cap. art.^a e eng.^o civil J. M. d'Oliveira Simões (1892: 174).

²⁷ Sala de estudo, laboratórios, estação cronográfica, trabalhos de campo, visitas e excursões, missões, exercícios tácticos das diversas armas e exercícios de esgrima, equitação e ginástica.

instrumentos de balística, (...) onde havia vários pêndulos balísticos e instrumentos eléctricos, material de pilhas, os quadros e os alvos necessários, termómetros, hygrómetros, etc. (...) mas que se destinava ao uso exclusivo dos alunos de Artilharia.



Fig. 6 – Visão actual (2017) do exterior da Estação Cronográfica da Academia Militar.

A estação existiria, pelo menos desde 1867 e terá resultado da adaptação de uma “casa de refresco” da Quinta da Bemposta. Estas casas eram lugares onde era possível, em dias de bom tempo, passar um tempo agradável, lendo, bordando ou tomando refeições ligeiras. Conhecemos lugares deste tipo na Fábrica da Pólvora de Alcântara (hoje demolida) e na Quinta da Alfarrobeira, perto da Estrada de Benfica²⁸. O lugar de refresco da Quinta da Bemposta é uma espécie de torre circular, de dois andares, com cerca de cinco metros de diâmetro, quatro portas de boa dimensão que po-

²⁸ Na Fábrica da Pólvora de Alcântara existiram vários lugares deste tipo, inseridos na parte da fábrica destinada à exploração agrícola, onde os proprietários ou os seus funcionários superiores e respectivas famílias podiam passar um tempo agradável. Na Quinta da Alfarrobeira (ex-Direcção do Serviço de Saúde do Exército) existe um destes lugares, constituído por um lago sobrelevado, de forma octogonal e sob o qual estão inseridos oito nichos forrados a azulejos ao gosto da segunda metade do Séc. XVIII.

deriam ser fechadas ou abertas de acordo com a direcção do vento, de forma a dar mais conforto e comodidade a quem estivesse no interior. Ainda hoje podemos observar, no tecto, os restos de pinturas a fresco que se mantiveram até à altura em que passou a ser usada como instalação destinada à actividade científica. Junto da porta principal da estação está implantada numa lápide de mármore branco com as coordenadas geográficas, com referência ao Castelo de S. Jorge, “datum” usado naquele tempo, nos trabalhos geográficos em Portugal (Lat. $38^{\circ} 43' 21,21''$ N e Long. $0^{\circ} 0' 21,21''$ W).



Fig. 7 – Visão actual (2017) do exterior da Estação Cronográfica da Academia Militar.



Fig. 8 – Placa de Mármore onde estão gravadas as coordenadas em relação Castelo de S. Jorge.

A Escola possuía apenas uma *pequena carreira de tiro*²⁹, pelo que a instrução de tiro com armas ligeiras era completada, como deduzimos dos documentos de matrícula do escritor, em Mafra³⁰. Presume-se que as *Salas de Estudo*, com um regulamento apertadíssimo, funcionariam, mas a falta de laboratórios e de espaço para trabalhos de fortificação e aulas práticas no exterior era notória. Os alunos de Infantaria tinham aulas práticas, sob a direcção de um capitão e três tenentes³¹, na *cada vez mais reduzida área da quinta*³², onde o Hospital de D. Estefânia começara a erguer-se e as imediações da Escola, que a Câmara Municipal cada vez mais urbanizava, o que invalidava a possibilidade de realização de aulas sobre a actuação da tropa de Infantaria e de trabalhos de topografia de modo credível³³. Do relatório concluímos também que

²⁹ Segundo o Capitão Oliveira Simões (1892), a carreira de tiro fora planeada, nesse ano, pelo Capitão de Engenharia José Jerónimo Rodrigues.

³⁰ Os dois jornais que, então, se publicavam em Mafra, dão relevo aos exercícios de tiro que os tirocinantes realizaram, nesse ano e que decorreram entre 14 e 29 de Agosto de 1894, com armas ligeiras e pesadas e realizados a várias distâncias, (fogos directos e indirectos) e até com indicação dos oficiais e sargentos que obtiveram os melhores resultados.

³¹ Encontrámos como instrutores da Escola do Exército os seguintes oficiais: cap. Art.^a José Rodrigues Lopes, cap. Inf.^a Gaudino Anselmo de Oliveira, cap. Cav.^a Luís Carlos Mardel Ferreira, mestre d'armas António Domingos Pinto Martins (mestre de armas de D. Carlos), ten. Inf.^a Cypriano Alfredo Fontes, ten. Cav.^a Joaquim Alfredo Pais, ten. Art.^a Alberto Botelho, ten. Inf.^a D. Miguel Henrique de Menezes Aragão, picador Manuel Galvão e cap. Cav.^a Alberto Barbosa da Costa Ilharco (equitação). Efectivamente este oficial permaneceu na Escola entre 1892 e 1902 e é autor do livro *Equitação Prática*, editado em 1900, pela Livraria Férin, Rua Nova do Almada 70 a 74, em Lisboa.

³² A Quinta da Bemposta chegou a estender-se até à Estrada da Cruz do Tabuado, num comprimento aproximado de mil metros. Ver plantas de Filipe Folque de 1856/58 e 1871.

³³ A consulta ao Atlas de Filipe Folque (2000), representando a cidade de Lisboa na escala 1/1000 revela que o Palácio da Bemposta (actual edifício principal da Academia Militar) incluía uma *Quinta* que se estendia muita para lá da área ocupada pelo Hospital de D. Estefânia e o arruamento que deu origem à actual Rua Gomes Freire ostenta o sugestivo nome de *Estrada da Cruz do Tabuado*, a que se seguia a *Carreira dos Cavalos*. A Escola do Exército funcionava no Palácio da Bemposta por decreto de 8 de Dezembro de 1850 (Diário do Governo de n.º 504 de 28 de Dezembro de 1850) e em Julho de 1861, decorriam negociações visando desligar uma parte da Quinta da Bemposta com vista à construção do hospital com a evocação de D. Estefânia.



Fig. 9 – Visão actual (2017) do local onde se situaria a carreira de tiro. Repare-se no perfil do terreno e na possibilidade de utilização por um máximo de dois atiradores.

os alunos do segundo ano eram monitores dos do primeiro, o que Raul Brandão não refere e que deverá ser considerado, no mínimo, curioso...

Alguns aspectos do funcionamento interno da Escola estão descritos no jornal *Correio da Noite*, de 20 de Novembro de 1891. Não sabemos se as respectivas regras terão sido aplicadas com grande rigor, mas, na notícia do jornal, afirma-se que: *quando os alunos não tenham serviço escolar, são obrigados a estar nas salas de estudo*. O dia escolar começaria com uma formatura geral, às 9 horas da manhã, à qual, só com justificação, se poderia faltar e que as faltas a *exercícios, conferências e higiene, trabalhos de campo e missões de reconhecimento* eram disciplinarmente punidas.

Sintetizando, podemos dizer que os tempos em que Raúl Brandão frequentou a Escola do Exército foram tempos de grandes mudanças que vão desde a adopção, pela primeira vez, de um uniforme específico para os alunos — por decreto de 6 de Novembro de 1891 — à regulamentação do respectivo vencimento diário e designação do posto que tinham. Os alunos de Infantaria e Cavalaria eram “graduados” em primeiro-sargento cadete, embora haja, no processo individual, um requerimento em que Raúl Brandão as-



Fig. 10 – Painel existente no picadeiro da Academia Militar evocativo do Cap. Cav.º Alberto Barbosa da Costa Ilharco do qual Raul Brandão fala como tenente instrutor de equitação muito exigente que entendia que os cadetes deviam ser *centauros*.

sina como *1.º sargento graduado em Asp. Off.*. Passariam depois pelas Escolas Práticas (onde auferiam 400 réis diários) e, depois de promovidos a aspirante-a-oficial, auferiam 500 réis diários, em serviço nos diferentes “corpos”³⁴ do Exército. As modificações parecem ter sido tão profundas que, na publicação de 1922 sobre *A Escola Militar de Lisboa* (Camilo, 1922), os resultados estatísticos dos anos lectivos de 1891/92 e 1892/93 estão expostos em dois quadros destacados dos referentes aos anos anteriores (mesmo aos da Academia de Fortificação Artilharia e Desenho) e posteriores (depois das modificações do quadro legal, a partir de 1894). A propina anual era de 7\$635 réis, como se pode ver nas estampilhas apostas nos requerimentos para a frequência dos anos do curso. Contudo, a lei estabelecia que deveria ser paga em duas prestações iguais: uma no início do ano e outra no requerimento para o exame final.

³⁴ Designação utilizada, ao tempo, correspondente à de unidades territoriais, que hoje se utiliza.

Relação da frequência do curso com a produção literária

O tempo da frequência do curso e respectivo estágio na Escola Prática de Infantaria — entre 29 de Outubro de 1891 (24 anos) e Agosto de 1894 (27 anos) — está marginado pelo lançamento de *Os Nefelibatas*³⁵ (obra fundamental para o culto brandoniano) e a representação da revista *O Arraial*, ocorrida no sábado, 18 de Agosto de 1894, (a primeira experiência na área do teatro³⁶), o que comprova que os estudos militares, tendo decorrido num período difícil da Escola do Exército, foram absorventes e levados a sério pelo escritor. A sua classificação final — décimo sétimo entre quarenta e sete alunos — atesta isso mesmo.

Mas, Raúl Brandão afirma nas suas memórias: *durante o tempo que fui tropa vivi sempre enrascado, como se diz no calão militar*. Nesta altura, ainda se compreendem mais facilmente as necessidades do aluno da Escola do Exército com um vencimento quase simbólico (300 Réis diários) e a ter pagar alojamento e alimentação fora da Escola. Só lhe restava, portanto, obter fundos, recorrendo a algo que sabia fazer e fazia cada vez melhor. Só na Escola Prática de Infantaria passou a ganhar 400 réis, o que também não se pode considerar uma grande melhoria. Pelas dificuldades económicas sentidas pelos alunos da Escola do Exército,

³⁵ Segundo Victor Viçoso, o lançamento e divulgação decorreram entre 15 de Dezembro de 1891 e 7 de Janeiro de 1892.

³⁶ Na sua obra *Camões, Camilo, Eça e alguns mais*, Aquilino Ribeiro fala de uma outra incursão na área do teatro, através de uma “bluette”, *representada em Lisboa, no Teatro Politeama, na festa dos Vendedores de Jornais*, promovida pelo jornal “O Século”, em 1 de Março de 1926 (1949: 248-252). Esta expressão, bem gentil e hoje em desuso em literatura, designaria uma pequena obra curta, mas finamente escrita. Seria, portanto um pequeno trabalho literário sem pretensões, mas bem conseguido. Contudo, a consulta àquele livro permite concluir que a peça de Raul Brandão foi antecedida da leitura de um a apresentação escrita por Aquilino e lida por um dos melhores autores de todos os tempos: Alves da Cunha. A peça em causa foi “O Doido e Morte”. Nesse mesmo ano o fascismo subia ao poder e Aquilino Ribeiro, envolvido no golpe de 4-7 de Fevereiro exilava-se. Nomes como José Régio, Miguel Torga, Óscar Lopes e João Pedro de Andrade aplaudiram a peça de Raul Brandão. Não é, portanto, uma “bluette” e foi escrita em 1923, por consequência, fora do período da formação militar inicial do escritor.

podemos começar a confirmar, indirectamente, a veracidade das afirmações de Raúl Brandão acerca do modo como a Coroa tratava o Exército. É a questão da “*miséria dourada*” e de “*certas velhas que têm um amante vestido de vermelho e espada a rasto que não lhes serve para nada e as arruína*” a que se refere em vários momentos das Memórias.

Numa tentativa de relacionar a obra literária com o período de estudos militares observemos que para trás ficara a publicação de *Impressões e Paisagens* (1890) que, embora escrita por um jovem, não podemos considerar como um trabalho de fraco fôlego, especialmente no modo como observa o meio que o cerca, a frescura e lucidez com que aborda a sua descrição e a riqueza do desenho dos personagens, embora o escritor declare que os contos nela coligidos já não representavam, à data da publicação, a sua maneira de sentir e de escrever.

Bastante pior será *Vida de Santos*³⁷ (livro impresso no Porto, onde o escritor prestava serviço) em parceria com Júlio Brandão, com a aprovação do bispo do Porto e do arcebispo-primaz. Todo o prefácio, dirigido aos *doutíssimos prelados*, dá uma ideia de algo que foi escrito e que não está minimamente de acordo com a linha de pensamento de quem escreve. É claramente uma obra menor, nunca reeditada e constituída por apenas duas “biografias” — da Virgem Maria e da Rainha Santa Isabel — na qual diversos aspectos de forma (redacção, descrição dos ambientes onde a acção decorre, a par de uma intensão excessivamente laudatória, etc.) confirmam que o texto está totalmente fora da linha literária que o escritor já vinha traçando. Assim, poderemos compará-la a uma linha morta, o que parece também ter sido a atitude do escritor.

Porém, não nos restam dúvidas de que, no momento em que inicia o curso na Escola do Exército, Raúl Brandão não era um imaturo, nem como escritor, nem como homem.

³⁷ Ver Guilherme Castilho (1978: 109). A esposa, Maria Angelina Brandão, confidenciou ao poeta Alberto de Serpa que Raúl Brandão fora o autor da parte do livro respeitante à *Virgem Maria*. As considerações que Guilherme Castilho tece sobre a divergência entre “o escritor e a coisa escrita” não abonam uma assinalável qualidade literária (Brandão e Brandão, 1891).

Aliás, Guilherme de Castilho, no III Capítulo — A Vida Militar, da “Vida e Obra de Raúl Brandão” confirma esta tese, quando se refere o período que o escritor passou na Escola do Exército: *é nesta altura que praticamente começa — e com apreciável fecundidade — a sua actividade como jornalista (...)*. Esta mesma ideia é transmitida por D. Angelina, ao transcrever a parte da carta do noivo da sua amiga “Anita”, o camarada de curso Duarte do Amaral Pinto de Freitas:

À noite, após o habitual passeio depois do jantar, B. subia ao Bairro Alto e de companhia com os Bejas, Alberto Bramão, Celso Hermínio e outros, demoravam-se algum tempo na redacção de O Imparcial em que colaborava e para cujo noticiário fantasista a imaginação fecunda de António Macedo Chaves, também nosso companheiro e condiscípulo predilecto, não se cansava de lembrar acontecimentos extraordinários e de sensação.

E continua acrescentando:

Terminado o tirocínio na Escola Prática de Infantaria, R. B. foi arregimentado em Infantaria 6, no Porto, onde pouco tempo se demorou. Não era vida que o seduzisse.

Nomeado para servir na “Secção de Transportes” e na “Biblioteca do Ministério da Guerra”³⁸ voltou para Lisboa, dedicando-se ao jornalismo onde começou a afirmar-se como valor no Correio da Manhã de Pinheiro Chagas. Mas a vida de jornalismo de que tanto gostava, esgotou-o em pouco tempo. Os amigos e os médicos aconselharam-no a arranjar colocação no Regimento de Infantaria 20, aqui em Guimarães, onde a camaradagem é boa e o serviço pouco, fora da época de recrutas. Assim tenciona(va) fazer...

Hoje, *O Arraial*³⁹ dificilmente será alvo de uma justa análise crítica. Já houve mesmo quem o considerasse como uma experi-

³⁸ De acordo com a história da Biblioteca do Exército, no tempo de Raúl Brandão, a *Biblioteca do Ministério da Guerra funcionava numa das instalações da extinta “guarda principal”, no Terreiro do Paço, na esquina com a rua da Prata, onde hoje funciona um posto médico da Cruz Vermelha*. O seu acervo, depois de ter estado instalado na “Livraria” do Convento dos Paulistas está fisicamente incluído na Biblioteca do Exército, desde 2008.

³⁹ Com o subtítulo *Revista de despedida dos cadetes d’Infantaria do curso 93/94, sob a direcção do Ex.mº Snr. Francisco dos Anjos Marinho*, incluído no “99 de Linha”.



Fig. 11 – Placa da Biblioteca do Ministério da Guerra, actualmente depositada na Biblioteca do Exército.

ência falhada⁴⁰. O teatro de revista é um estilo muito marcado cronologicamente e influenciado pelo local onde o seu texto é representado, quer se aborde apenas pela vertente da crítica política — a mais comum nos dias de hoje — quer na vertente social — porventura a mais marcante naquele tempo. Acresce, neste caso, a referência a variados aspectos da vivência na vila de Mafra, onde a Escola Prática de Infantaria se integraria com um peso considerável e que hoje só podemos imaginar.

Os três locais onde a acção de revista decorre relacionam claramente a Escola com a Vila. O *Largo do Real Edifício* não deixa dúvidas quanto à sua localização. Esta foi a sua designação no período final da Monarquia. Com a República, passou a chamar-se Largo Almirante Cândido dos Reis e, na década de 1930 do século passado, Terreiro D. João V. O *Jogo da Bola* será um recinto murado, medindo 226x40 palmos (com assentos nesse muro para assistência), existente no interior do Jardim do Cerco, onde então se praticavam diversos jogos (bola, laranjinha e aro) (Gandra, 2014: 330-342).

A *Rua da Boa Vista* é a designação toponímica que percorre todo o século XIX, mas cerca de 1907 passou a designar-se por Rua Dr. Eduardo Burnay. Finalmente, a seguir à Implantação da Republica, passou a ter o seu nome actual de Rua José Elias

⁴⁰ No seu livro intitulado *Camões, Camilo, Eça e alguns mais*, Aquilino Ribeiro considera este texto “uma borracheira”.

Garcia. Na Mafra de hoje, ainda existe, nas proximidades desta artéria, o *Largo da Boa Vista*. Por razões que desconhecemos, a rua e o largo seriam lugar de passeio para os aspirantes⁴¹, como se deduzirá da didascália do III Acto, 1.º Quadro, 1.ª Cena.

Há claras alusões à vivência da vila através do sacristão Francisquinho, das saloias, das lavadeiras, do alfaiate e da loja de nome “Comp^a & Pires”, importante, sem dúvida, mas hoje impossível de



Fig. 12 – O “Jogo da Bola”, na actualidade.

⁴¹ Há referência a uma *volta dos tristes à tardinha, antes do jantar, descendo por esta rua e subindo pela de Serpa Pinto*, antiga Calçada Nova (das Reais Obras), ruas que convergem para a porta principal do Convento (Gandra, 2014: 352). Nas Evocações de Mafra de há meio Século (Freire, 1944: 41 e 29), conferência pronunciada em 20 de Outubro de 1943, no auditório da Câmara Municipal de Mafra, fala-se também de um *alfarrabista de nome José Bento, republicano vermelhíssimo que [ali] negociava livros de Malato, Darwin, Haeckel, Kropotkine, Tolstoi e Gorki*. Ainda na Rua da Boa Vista havia a “Botica do Gonçalves” (Eugénio Albano Gonçalves), mais tarde “Botica do Medeiros”, local onde se reuniam os defensores das ideias republicanas. Embora 18 anos mais novo, será legítimo admitir que o conferencista estaria a falar de um tempo muito próximo daquele em que Raul Brandão passou por Mafra (01/11/1893-31/08/1894). Conhecidas as características de um curso de aspirantes que mereceu a designação de “99 de Linha”, será admissível que as referidas lojas fossem frequentadas pelos tirocinantes. Consultado o Arquivo Municipal de Mafra foi possível apurar que existia então um solicitador de nome José Bento Rodrigues e duas farmácias (boticas) na mesma rua: a Botica de Eugénio Albano Gonçalves e a de Serafim da Paz Medeiros. Esta úl-



Fig. 13 – Assento de honra no “Jogo da Bola”, na actualidade.

identificar⁴². Segundo Tomás de Mello Breyner (1930), o “Francisquinho” (Francisco Militão Batalha Pereira) fora um sacristão e cicerone do Convento. Ex-soldado liberal, não abdicou das suas convicções. Por isso, ao conduzir as visitas, tratava D. Miguel por “Usurpador” e D. Pedro IV por “Sua Alteza Imperial”, acrescentando que *sempre falou como um brasileiro* e, na Mafra de hoje (2017), encontramos a *Travessa do Sacristão* — transversal da Rua José Elias Garcia — que, em 1835, era designada por Travessa do Militão e, em 1877, por Beco de Francisco Militão (Gandra, 2014: 404). Os versos que o personagem “Francisquinho” recita na peça, sugerem que já teria morrido (*Nesse convento/ havia então/ Meu Deus!/ Que frade!/ Que fradalhão*). Fora dorminhoco, ressonador, magano e dado às raparigas.

tima, entre 1910 e 1913, estava autorizada a vender livros, o que faz supor que já os vendesse, mas clandestinamente. Além disso, o jornal “Echo de Mafra” era publicado sob responsabilidade António Duarte Resina, com administração e *typographia* na Rua da Boa Vista (hoje Serpa Pinto) n.º 79, o qual era também procurador com escritório na mesma rua, mas no n.º 6. Admitimos que José Bento (Rodrigues(?)) trabalhasse com o Duarte Resina, uma vez que, após a República, passará a ser ajudante de conservatória.

⁴² Nos dois jornais locais que então eram publicados em Mafra — *O Echo de Mafra* e *O Jornal Mafrense* — encontramos publicidade, à empresa de *Alfaiate/Fanqueiro* situada na Praça D. Carlos, 28-1.º, designada por *Domingos Ferreira Abrantes*. Contudo, não se encontram referências a qualquer actividade comercial sob a designação de Companhia & Pires.

Mas as referências ao ambiente militar e escolar surgem em grande profusão, quer nos diálogos, quer nos trechos cantados. Entre estes, temos o dos “Movimentos Livres”⁴³, o dos “Guarda-sóis”⁴⁴ ou o “Fado dos Corredores” (do Convento). Nos diálogos, recolhemos também outras referências que só os elementos do curso entenderiam: como alusões ao “24”, ao “Conde de Lippe”, ao “General Brialmont”⁴⁵ e, inevitavelmente, ao “99 de Linha”. Admitimos que o “Artigo 69”, que entra duas vezes na peça, seja um oficial da Escola, instrutor de legislação militar.

A crítica social está presente através das evoluções de um quadrado amoroso definido por um “Brasileiro” (português regressado do Brasil, acompanhado de uma “Sinhá”) e que se apaixona por uma saloia, assim como um personagem estranho — o “Vida Alegre” — um pequeno burlão e aventureiro esperto que se finge apaixonado pela Sinhá e amigo do Brasileiro, parecendo, ao mesmo tempo, desempenhar o papel do “compère” no teatro de revista do Séc. XX.

O texto, julgado perdido durante muitos anos, foi localizado num livro — *“O 99 de Linha”* — comemorativo dos trinta anos do tirocínio que decorreu na Escola Prática, entre 1 de Novembro de 1893 e 31 de Agosto de 1894⁴⁶.

⁴³ Alusão clara aos exercícios de ginástica que faziam parte do curriculum da Escola.

⁴⁴ No resumo do elenco vem referido como “Coro dos Topógrafos”. O guarda-sol, em lona branca e de grandes dimensões, era utilizado para fazer sombra ao teodolito ou à alidade (método de levantamento em uso ao tempo e com aplicação a pequenas áreas) e que se destinava a evitar que o respectivo nivelamento ficasse alterado por acção das diferentes dilatações sofridas pelos materiais que constituíam estes aparelhos. Como ex-aluno da área de letras, Raúl Brandão terá tido dificuldade, quer na teoria, quer nos trabalhos de campo desta área de estudo.

⁴⁵ Henri Alexis Brialmont (Venlo, 25 de Maio de 1821 - Bruxelas, 21 de Junho de 1903). Um produtor de doutrina, no âmbito da organização do terreno. É provável que os seus métodos fossem estudados pelos alunos de infantaria. António José Queiroz afirma que esta era a alcunha do cadete Francisco de Lacerda e Oliveira.

⁴⁶ A celebração teve lugar entre 29 de Novembro e 1 de Dezembro de 1924, em Mafra. *Nas palavras do então coronel David Rodrigues foi esta “primeira festa de confraternização d’um curso militar”.*

Neste ponto, vale a pena transcrever um texto do camarada de curso David Augusto Rodrigues⁴⁷ que caracteriza o ambiente que os estagiários encontraram na Escola Prática e no qual Raúl Brandão, com a personalidade que lhe conhecemos, se viu subitamente mergulhado.

Diz David Rodrigues: *o nosso curso foi mal recebido em Mafra. Todos nós fomos tratados com desdém; não se teve na consideração devida o curso que tínhamos acabado de concluir.* Podemos levantar como hipótese para explicação deste facto, uma certa suspeita de má preparação técnica obtida na Escola do Exército em período conturbado e a fama de contestatário do curso, no seu conjunto, materializada, entre outras formas, pela disputa entre Raúl Brandão e o capitão Dias Costa, acerca de uma matéria tão relevante para a formação dos jovens oficiais.

Mas o curso reagiu bem a esta contrariedade e constituiu um forte espírito de corpo e de entreaajuda, assim descrito por David Rodrigues: (...) *unimo-nos, entendemo-nos e tornámo-nos bons camaradas e excelentes amigos e acabámos por cair nos braços uns dos outros.* O entendimento entre a oficialidade da Escola Prática de Infantaria e os estagiários ficou condenado, o que os levou a (...) *fazer uma vida à parte e isolada de tudo e de todos.* David Rodrigues prossegue na sua análise, afirmando que (...) *inventámos coisas, discutíamos tudo para passarmos os dias tristes, melancólicos e soturnos do velho Convento de Mafra, (...) e tudo fazíamos para não morrer de tédio, organizámos muitos passatempos pelos quartos, (...) até que um dia surgiu a ideia de se fazer uma revista onde, com graça e espírito, fosse escalpelada a vida de todos nós. A ideia encontrou franco acolhimento e (...) se encarregou de a fazer o Raúl Brandão, que já nesse tempo tinha nome respeitado na literatura nacional.* Estas últimas palavras atestam que, se o escritor não tinha nome feito, era certamente bem conhecido nos meios literários de Lisboa e, de certeza, do Porto. Confirmamos, mais uma vez, que durante o período de formação militar a sua actividade literária não cessara, já que os

⁴⁷ David Augusto Rodrigues (Varge, 30 de Janeiro de 1874 - Porto, 1 de Junho de 1960).

seus camaradas a conheciam e valeram-se dela para o projecto que queriam realizar.

Por outro lado, ao pôr a peça em cena, o curso veio a fazer jus à designação “99 de Linha” que lhe fora atribuída por um oficial mais antigo e velho, o capitão Leitão, também ele estranho à Escola Prática, a frequentar um curso para promoção a major *que de todos se destacava pela sua inteligência e sabedoria*.

A alcunha revela da parte de quem a inventou imaginação e bons conhecimentos sobre a História da França, especialmente da Revolução. Com efeito, o Regimento n.º 99 (de Infantaria) de Linha foi uma unidade de grande valor combativo, criada em França durante o tempo da Convenção (em 1 de Janeiro de 1791), e que era essencialmente constituída por músicos, advogados, poetas, escritores, etc. que, provavelmente, por serem intelectualmente evoluídos, combatiam muito convictamente e com grande empenhamento. Porém, logo que os combates abrandavam, estes valentes convictos utilizavam os tempos livres para “debater”: ideias e conceitos de filosofia e política, dando cada um o seu contributo para a constituição de um corpo doutrinário que permitisse fazer avançar os acontecimentos na direcção que julgavam correcta. Este regimento esteve sob o comando do jovem e prestigioso general Louis Lazard Hoche que virá a falecer aos 29 anos, coberto de glória. Mais um daqueles militares franceses a que Raúl Brandão se refere no “El-Rei Junot” descrevendo-os como jovens convictos e generosos que se apagavam diariamente como fósforos nas marchas das hordas de Napoleão.

Sabemos que Raúl Brandão não quis assumir a autoria do texto, mas David Rodrigues divulgou o segredo durante a celebração dos trinta anos do estágio em Mafra. O escritor não esteve presente, por doença, o que não surpreendeu os camaradas. Salienta-se que, embora no curso fossem conhecidos os seus problemas de saúde, não há conhecimento de que se tenham manifestado durante as actividades em qualquer das duas escolas militares.

David Rodrigues alonga-se depois em considerações sobre *O Arraial*, declarando que *é uma peça despreocupada e sem pretensões literárias, (...) uma revista da vida dos rapazes cheios de vigor, mas que viviam num meio limitado, restricto e acanhado e onde não podiam expandir-se*. Este ambiente não seria, de todo,

agradável para Raúl Brandão, como já o não tinha sido o Regimento comandado pelo coronel Cibrão⁴⁸, (Brandão, 1999) e Castilho (1978).

Outro camarada de curso (Duarte Amaral Pinto de Freitas) confirma que foi *ali, no quarto de Raúl Brandão, que nasceu a ideia de se pôr cena uma revista dos acontecimentos mais importantes passados (...) durante esse estágio, em que fôssemos protagonistas e autores. E desempenhou-se dessa incumbência (...) havia caricaturas bem observadas e talhadas para todos e para ele próprio, embora muitas vezes só compreensíveis para quem vivia portas a dentro do Convento de Mafrá*⁴⁹.

David Rodrigues descreve o grande entusiasmo produzido no curso pelo texto de Raúl Brandão que desencadeou uma onda de trabalho colectivo, no qual, cada um à maneira do regimento francês, colaborava de acordo com as suas capacidades e conhecimentos de índole civil e, numa curta análise ao texto, chama-nos a atenção para as qualidades que, ao longo da sua obra Raúl Brandão viria a apurar. Lá está a sua capacidade para observar e reter os traços de quem o cercava, com especial atenção aos mais caricatos. *Os ridículos de cada um estavam ali estampados. Um simples dito, uma frase [que o leitor mal compreenderá], desenha o carácter, o feitio, o temperamento de muitos.* A facilidade com que desenha um personagem, com certeza e de modo claro para que o leitor possa identificá-lo, está patente nas linhas seguintes: *o espírito subtil de Raúl Brandão soube alcançar, às vezes numa simples frase um mundo infinito de graça. Há ali silhuetes flagrantes. Há também retratos esboçados a largos traços, mas todos bem precisos e todos bem exactos. O sentimento, a veia poética, o temperamento artístico revela-o o auctor em vários versos que contém.*

Deve ter sido feita uma boa divulgação da récita o que terá contribuído para que a população a ela acoresse. Os jornais locais

⁴⁸ Luciano Pego de Almeida Cibrão (Valença, 12 de Junho de 1836 - Porto, 6 de Dezembro de 1917) oficial que se distinguiu na repressão a movimentos e sublevações populares no Norte do país, no tempo da filoxera. Já como coronel teve o título de ajudante-de-campo do Rei D. Carlos.

⁴⁹ Ver carta de Pinto de Freitas a “Anita” (Brandão, 1959).



Fig. 14 – Aspecto da Sala das Urnas ou das Bicas, na actualidade (2016).

— *O Jornal Mafrense*⁵⁰ e *O Echo de Mafra*⁵¹ — comentaram a revista, que fez sucesso e teve de ser repetida e, a partir daí, o “99 de Linha” passou a ser bem aceite junto do comando e restantes oficiais da Escola Prática de Infantaria. Porém, os tirocinantes estavam para partir e, por isso, era tarde para que se esquecessem cerca de dez meses de divergências e atritos de explicação difícil. Podemos também admitir que a pouca conta em que o curso foi inicialmente tido na Escola Prática poderá ser consequência do seu espírito aberto e crítico, que a instituição militar nem sempre aceita. Sabemos que alguns dos estagiários já tinham bastante tempo de serviço e nem sempre com boa opinião acerca do que tinham encontrado na Instituição, como era o caso do próprio autor da peça.

O Echo de Mafra, na sua secção *O Barão das Aparas*, noticiou a estreia e, salvaguardada uma certa forma de sensacionalismo laudatório, ao gosto do jornalismo da época, dá alguns elementos importantes. Assim: a récita decorreu no *teatro do real edificio d’esta vila (...)* e ficará consignada *nos annaes d’aquela antiga casa de espectáculos como uma das mais brilhantes que ali se tem dado por curiosos dramáticos*. Todos os seus trinta números musicais foram “bisados”. *A sala e o salão d’entrada (salão das urnas)*

⁵⁰ N.º 347, de 26 de Agosto de 1894.

⁵¹ N.º 101, Ano IV, de 26 de Agosto de 1894.

estavam ornamentados com bastante gosto e a platêa e galerias (sic) replectas de senhoras e cavalheiros, predominando entre estes o elemento militar. Embora o cartaz anunciasse o início para as 21 horas o espectáculo começou com um quarto de hora de atraso e *acabou antes da uma hora da noite.* Numa tentativa de determinar o local da representação, encontrámos na actual Escola das Armas — sucessora da Escola Prática de Infantaria — a Sala das Urnas ou das Bicas à qual se seguem, por esta ordem, o refeitório dos graduados e das praças da unidade. Este último é o antigo “refeitório dos frades”. Sendo ambos bastante compridos e comunicando entre si por uma porta larga, estamos tentados a admitir que os espectadores entraram pela Sala das Urnas e assistiram à representação no primeiro dos refeitórios, funcionando o segundo como camarim. A comunicação entre ambos os refeitórios poderá ter servido de instalação ao palco. Temos, contudo, dificuldade em determinar onde ficariam instalados os nove músicos que constituíam a *orchestra (regente, dois violinos, flauta, piano, três violas e violoncello)*, assim como onde ficariam as galerias. Teremos de admitir que se terá recorrido a estruturas de madeira.

Apesar dos atritos entre o curso e a oficialidade da Escola, o ensaiador — capitão Francisco dos Anjos Marinho — e o *scenographo e caracterisador* — alferes M. Luna, deveriam prestar serviço nela. Contam-se 17 actores, todos cadetes, mas a participação de músicos civis aconteceu, quer como compositores dos trechos tocados, quer como executantes. Compreende-se que no curso não existissem músicos na quantidade necessária e, talvez por isso é que a *música é lindíssima e o libreto apenas assaz engraçado...*

Embora não possamos interpretar com rigor e apreciar como espectáculo teatral, o texto de *O Arraial*, confirmamos que Raúl Brandão, quando o escreve, já tem um traquejo considerável que fica também patente nos troços de texto em verso e é possível detectar na sua maneira de escrever a sua facilidade de desenho de um personagem, em meia-dúzia de traços rápidos, mas certos. É provável que também não tenha tido muito tempo para o produzir, mas essa não parece ser uma razão para uma eventual qualidade inferior.



Fig. 15 – Refeitório dos graduados da Escola das Armas, na actualidade, local onde poderá ter decorrido a representação de “O Arraial” (2016).

Além disso, o facto de ter iniciado o curso com 24 anos — uma idade já madura e com uma actividade literária considerável — ter-lhe-á dado a possibilidade de uma abordagem mais crítica e lúcida aos ambientes por onde passou e que, apesar de tudo e de todas as críticas que lhe veio a fazer permitiu-lhe afirmar nas “Memórias” que *a melhor gente que conheci foi na tropa*. Não se detecta, aliás, em toda a obra de Raúl Brandão qualquer espécie de animosidade para como o Exército, que, com certo eufemismo, podemos dizer que funcionava com muitas deficiências. Mesmo, quando se refere ao Exército como instituição do Estado — Monarquia ou República — as suas críticas são justas, embora possam

ser tomadas por alguns como demasiado acutilantes.

À guisa de conclusão

O nosso fim era analisar cerca de três anos da vida de Raul Brandão, durante os quais decorreu a sua formação militar inicial. Foram três anos durante os quais a sua vida foi moldada e que, pelos seus escritos posteriores, vemos que ele nunca enjeitou. Procurámos ver e expor o que resta dos locais por onde andou naqueles anos e imaginar o que foi a sua vivência nesses sítios e instalações, agora que passaram 126 anos sobre a data da sua entrada na Escola do Exército. Recorremos à legislação que regulava o funcionamento da Escola tentando reconstruir o ambiente que ali encontrou e, neste âmbito, tentámos reconstituir, com pouco êxito, a questão com o professor dos “planos cotados”.

Referenciámos alguns dos seus camaradas para além de João de Almeida e Ivens Ferraz, futuros generais, que deixaram marca na vida militar nacional, ao mesmo tempo que procurámos reconstituir o ambiente académico, sendo que, tal como hoje a entidade “curso” era, na Escola do Exército, uma massa aglutinadora de um grupo de homens que iniciaram a vida militar no mesmo dia. Socorremo-nos da análise de “O Arraial”, uma revista que julgamos ter provado que está bem longe de ser um projecto falhado, para obtermos uma grande quantidade informação sobre a vida militar na principal Escola Prática do tempo, do “99 de Linha” e da vila de Mafra onde tudo se passa.

Julgamos ter atingido o objectivo considerando os elementos a que conseguimos chegar.

Mem-Martins, aos 21 dias do mês de Fevereiro de 2017.

Fontes

Arquivo Histórico Militar

Processo de Raúl Brandão, como aluno da Escola do Exército, no Arquivo Histórico Militar referência SILD 85 400 726 (Maço n.º 77, Processo n.º 4247).

Biblioteca Nacional de Portugal (Periódicos)

Jornal diário “Correio da Noite” (DEC891-NOV893) J. 3398 G. “Revista d’Hoje” J. 970//10.

Biblioteca e Arquivo Municipais de Mafra (Periódicos)

Jornal semanal “Echo de Mafra” (ABR894-AGO894).

Biblioteca do Exército

Nogueira, Franco (Cor. Inf.^a), Notícia Histórica das Infra-estruturas de Tiro do Exército (Tomo I), Lisboa, 1999.

Ordem do Exército n.º 29 de 10 de Outubro de 1891 (Decreto de 30 de Setembro de 1891).

Ordem do Exército n.º 31 de 31 de Outubro de 1891 (Decreto de 28 de Outubro de 1891).

Biblioteca da Academia Militar

Esboço Histórico do Ensino Superior Militar em Portugal, In Anuário da Academia Militar de 1958-1959, pág. 31 a 77, sem autor indicado; cota: 11261-93-f AM da Biblioteca da Academia Militar, Lisboa. Navarro, João Alfredo Rebelo (Cap. QTS), *Os Comandantes da Escola do Exército, Escola de Guerra, Escola Militar e Academia Militar* (apontamentos coligidos); Execução Gráfica do Centro Gráfico do Exército (1993).

Livros de Registo “*Alunos da Acad. de Fortificação, Escola do Exército, Escola de Guerra, Escola Militar (1790-1940)*” (Livro 23 a folhas 185). Relação ordenada pelo primeiro nome dos alunos. Publicação sem data e sem autor indicado, existente na Biblioteca da Academia Militar.

Bibliografia

O 99 de Linha. Incluindo O Arraial – Revista de despedida dos cadetes d’Infantaria do curso 93/94, sob a direcção do Ex.mº Snr Francisco dos Anjos Marinho, Tip. do Batalhão n.º 3 da Guarda Fiscal, 1925. Edição fac-similada, Livraria Manuel Ferreira, editor Herculano Tomaz, prefácio de António José Queirós. Porto, 2009.

Brandão, Maria Angelina (1959). *Um Coração e uma Vontade - Memórias*. Of. da Atlândida, Coimbra.

Brandão, Raul (1986). *Teatro*. Obras completas de Raul Brandão. Editorial Comunicação, Lisboa. Estudo introdutório de Luís Francisco Rebelo.

- Brandão, Raul (1988). *Vida e morte de Gomes Freire*. Obras completas de Raul Brandão. Editorial Comunicação, Lisboa.
- Brandão, Raul (1998). *Memórias*, volume I. Relógio d'Água, Lisboa. Edição de José Carlos Seabra Pereira.
- Brandão, Raul (1999). *Memórias*, volume I - Tomo II. Relógio D'Água, Lisboa. Edição de José Carlos Seabra Pereira.
- Brandão, Raul (2000). *Memórias*, volume III. Relógio d'Água, Lisboa. Edição de José Carlos Seabra Pereira.
- Brandão, Raul (2013). *A pedra ainda espera dar flor (Dispersos)*. Quetzal Editores, Lisboa. Vasco Rosa (org.).
- Brandão, Raul e Brandão, Júlio (1891). *Vida de Santos: Virgem Maria (Mãe de Deus), Santa Isabel (Rainha de Portugal)*, volume I. Livraria Portuense de Lopes & C.a, Porto. BNP - cota RES 4893-P.
- Breyner, Tomaz de Mello (1930). *Memórias do Professor Tomaz de Mello Breyner - 4.º Conde de Mafra (1869 - 1880)*. Livraria e Editora António Maria Pereira, Lisboa.
- Camilo, Sena (1922). *A Escola Militar de Lisboa – História, Organização e Ensino, (Compilação feita em virtude de deliberação tomada pelo Conselho de Instrução da Escola Militar, em sessão de 9 de Março de 1922)*. Exposição Internacional do Rio de Janeiro, Secção Portuguesa, Imprensa Nacional de Lisboa, Lisboa. cota: 18214-Z-3 AM da Biblioteca da Academia Militar.
- Castilho, Guilherme (1978). *Vida e Obra de Raul Brandão*. Livraria Bertrand, Lisboa.
- Costa, António José Pereira (2005). *Os Generais do Exército*, volume II - Tomo II. Edição da Biblioteca do Exército, Lisboa.
- Folque, Filipe (2000). *Atlas da Carta Topographica de Lisboa (...) sob a Direcção (...) de Filipe Folque por Carlos Pezerat, Francisco Goullard e César Goullard, 1856-58*. Lisboa. Reed. Câmara Municipal de Lisboa.
- Freire, João Paulo (1944). *Evocações de Mafra de há Meio Século*. Tipografia Minerva, Vila Nova de Famalicão. (Palestra realizada no Salão Nobre da Câmara Municipal de Mafra, em 20 de Outubro de 1943).
- Gandra, Manuel Joaquim (2014). *A Vila de Mafra de Lés a Lés – História e Evolução Urbana*. Instituto Mukharajj; Centro Ernesto Soares de Iconografia e Simbólica, Rio de Janeiro.
- Ribeiro, Aquilino (1949). *Camões, Camilo, Eça e alguns mais (ensaios de crítica histórico-literária)*. Livraria Bertrand, Lisboa.
- Simões, J. M. d'Oliveira (1892). *A Escola do Exército – Breve Notícia da sua História e da sua Situação Actual*. Imprensa Nacional, Lisboa. (Relatório apresentado na Secção Portuguesa do Congresso Pedagógico Hispano-Português Americano, em Madrid).

Viçoso, Vítor (1999). *A Máscara e o Sonho: Vozes, Imagens e Símbolos na Ficção de Raul Brandão*. Cosmos, Lisboa.